

# Sumário

<b>Capítulo I ► DIREITO TRIBUTÁRIO</b> .....	<b>27</b>
1. Definição.....	27
2. Relação com outros ramos do direito.....	28
3. Atividade financeira do Estado.....	29
4. Fontes do direito tributário.....	30
4.1. Constituição.....	31
4.2. Lei complementar.....	32
4.3. Lei ordinária.....	34
4.3.1. Iniciativa de lei em matéria tributária.....	34
4.3.2. Atos do Poder Executivo federal majoradores de alíquotas de tributos.....	36
4.4. Lei delegada.....	36
4.5. Medida provisória.....	37
4.6. Tratado internacional.....	38
4.7. Decreto legislativo.....	39
4.8. Convênio.....	39
4.9. Norma regulamentar.....	39
4.10. Norma complementar.....	40
4.11. Efeitos decorrentes da observância às normas complementares.....	41
5. Legislação tributária.....	42
<b>Capítulo II ► TRIBUTO</b> .....	<b>43</b>
1. Definição.....	43
1.1. Natureza jurídica.....	44
1.2. Denominação.....	45
1.3. Destinação.....	46
1.4. Características dos tributos quanto à sua finalidade.....	46
1.5. Classificações relevantes de tributo.....	47
2. Tipologia.....	53
2.1. Imposto.....	54
2.2. Taxa.....	55
2.2.1. Conceito.....	55
2.2.2. Vedação de base de cálculo idêntica à de impostos.....	58
2.2.3. Tipologia das taxas.....	59
2.2.4. Taxa decorrente da prestação de serviço público.....	59

2.2.5. Distinção entre taxa e preço público .....	61
2.2.6. Custas e emolumentos .....	62
2.2.7. Taxa relativa ao exercício regular do poder de polícia .....	63
2.3. Contribuição de melhoria .....	64
2.4. Empréstimo compulsório .....	67
2.5. Contribuições especiais.....	68
2.6. Pedágio.....	68
<b>Capítulo III ► PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>69</b>
1. Definição.....	69
2. Princípios constitucionais gerais.....	69
3. Princípios constitucionais tributários expressos .....	70
3.1. Capacidade contributiva .....	70
3.2. Legalidade .....	72
3.2.1. Conteúdo do princípio da legalidade .....	72
3.2.2. Exceções ao princípio da legalidade.....	74
3.3. Isonomia .....	75
3.4. Irretroatividade.....	75
3.4.1. Normas tributárias retroativas .....	76
3.5. Anterioridade .....	78
3.5.1. Exceções ao princípio da anterioridade .....	79
3.5.2. Distinção do princípio da anualidade .....	80
3.6. Anterioridade nonagesimal.....	80
3.7. Vedação ao confisco .....	82
3.8. Não limitação ao tráfego de pessoas e bens.....	83
3.9. Transparência .....	83
3.10. Uniformidade geográfica .....	84
3.11. Não discriminação em razão da procedência ou do destino .....	85
3.12. Novos princípios do sistema tributário nacional.....	86
4. Outros princípios relevantes.....	86
4.1. Tipicidade tributária .....	86
4.2. “Non olet”.....	86
4.3. Proporcionalidade.....	87
4.4. Federalismo.....	88
4.5. Simetria .....	88
4.6. Discriminação das competências tributárias.....	89
4.7. Responsabilidade fiscal.....	89
4.8. Não surpresa.....	89
4.9. Direito adquirido.....	89
5. Princípios constitucionais específicos a certos impostos.....	90

<b>Capítulo IV ► SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>91</b>
1. Competência tributária .....	91
2. Capacidade tributária ativa .....	92
2.1. Atribuição delegável.....	93
2.2. Atribuição não legislativa.....	93
2.3. Privilégios processuais.....	93
2.4. Atribuição revogável .....	95
2.5. Atribuição a pessoa jurídica de direito privado .....	95
3. Tipologia da competência tributária.....	96
3.1. Competência comum.....	96
3.2. Competência privativa .....	96
3.3. Competência cumulativa .....	97
3.4. Competência residual .....	97
3.5. Competência extraordinária .....	98
3.5.1. Iminência ou guerra externa .....	98
3.5.2. Impostos.....	99
3.5.3. Compreendidos ou não na competência da União .....	99
3.5.4. Supressão gradual .....	99
4. Atribuição constitucional de competências tributárias.....	99
5. Limitações constitucionais ao poder de tributar .....	100
5.1. Princípios constitucionais tributários.....	101
5.2. Imunidades.....	101
5.3. Limitações infraconstitucionais ao poder de tributar .....	101
6. Normas gerais de direito tributário .....	102
7. Repartição de receitas tributárias.....	104
7.1. Sistemática de repartição .....	105
7.1.1. Receitas não repartidas.....	105
7.1.2. Repartição direta .....	106
7.1.3. Repartição indireta .....	109
7.2. Controles complementares .....	112
<b>Capítulo V ► IMUNIDADE TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>115</b>
1. Definição .....	115
2. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência .....	116
2.1. Não incidência .....	116
2.2. Não incidência constitucionalmente qualificada .....	117
2.3. Isenção .....	117
2.4. “Isenção constitucional”.....	117
3. Tipologia das imunidades .....	117
3.1. Imunidades genéricas e específicas .....	118
3.2. Imunidades excludentes e incisivas .....	118
3.3. Imunidades subjetivas e objetivas .....	119

3.4. Imunidades explícitas e implícitas .....	120
3.5. Imunidades incondicionadas e condicionadas.....	121
4. Imunidades em espécie .....	122
4.1. Imunidade recíproca .....	122
4.1.1. Extensão da imunidade recíproca.....	123
4.1.2. Restrições ao alcance da imunidade recíproca .....	124
4.2. Imunidade religiosa.....	127
4.3. Imunidades genéricas .....	128
4.3.1. Imunidade dos partidos políticos e de suas fundações.....	129
4.3.2. Imunidade das entidades sindicais dos trabalhadores .....	129
4.3.3. Imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos .....	129
4.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e papel de sua impressão .....	131
4.5. Imunidade das músicas nacionais .....	131
4.6. Imunidades de taxas e de contribuições .....	133
4.6.1. Imunidade de taxas.....	133
4.6.2. Imunidade de contribuições.....	134
4.7. Imunidades específicas aos impostos .....	134
4.7.1. Imposto sobre Produtos Industrializados .....	134
4.7.2. Imposto Territorial Rural.....	134
4.7.3. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	135
4.7.4. Imposto sobre Serviços .....	135
4.7.5. Imposto sobre Transmissão “inter vivos” de Bens Imóveis .....	135
4.7.6. Tributação exclusiva.....	135
4.7.7. Quaisquer impostos .....	136
<b>Capítulo VI ► VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>137</b>
1. Validade .....	137
2. Vigência .....	137
2.1. Vigência espacial.....	138
2.2. Vigência temporal .....	138
3. Eficácia.....	140
3.1. Conceitos gerais .....	140
3.2. Restrições constitucionais .....	141
3.2.1. Princípio da anterioridade .....	142
3.2.2. Princípio da anterioridade nonagesimal.....	144
4. Aplicação .....	145
4.1. Aplicação imediata .....	146
4.2. Aplicação retroativa .....	146
4.2.1. Retroatividade da lei interpretativa .....	147
4.2.2. Retroatividade benigna .....	147

<b>Capítulo VII ► INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>149</b>
1. Interpretação .....	149
1.1. Interpretação literal.....	151
1.2. Interpretação benigna.....	151
1.3. Utilização de institutos, conceitos, formas e princípios gerais do direito privado .....	152
2. Integração.....	153
2.1. Analogia .....	154
2.2. Princípios gerais de direito tributário .....	155
2.3. Princípios gerais de direito público.....	156
2.4. Equidade .....	156
<b>Capítulo VIII ► OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>159</b>
1. Definição e natureza jurídica .....	159
1.1. Conceitos gerais .....	159
1.2. Natureza jurídica “ex lege” .....	160
2. Obrigação principal .....	161
3. Obrigação acessória .....	161
3.1. Mitigação do princípio da reserva legal.....	162
3.2. Natureza jurídica da obrigação acessória .....	163
3.3. “Conversão” em obrigação principal .....	163
4. Fato gerador.....	164
4.1. Momento da ocorrência do fato gerador .....	165
4.2. Norma geral antielisão.....	166
4.3. Negócios jurídicos condicionais .....	168
4.4. Princípio do “non olet” .....	169
4.5. Presunções, indícios e ficções .....	170
5. Tipologia da sujeição .....	171
5.1. Sujeito ativo.....	171
5.1.1. Conceitos gerais.....	171
5.1.2. Desmembramento territorial do ente tributante.....	172
5.2. Sujeito passivo .....	173
5.2.1. Sujeito passivo da obrigação principal .....	173
5.2.2. Não oposição de convenções particulares contra o fisco.....	174
6. Solidariedade.....	175
6.1. Benefício de ordem.....	176
6.2. Efeitos da solidariedade.....	177
7. Capacidade passiva .....	178
8. Domicílio tributário .....	179
<b>Capítulo IX ► RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>183</b>
1. Definição.....	183
2. Tipologia da responsabilidade tributária.....	184

2.1. Gradação da responsabilidade tributária .....	185
2.2. Substituição tributária .....	186
2.2.1. Substituição tributária “para frente” .....	186
2.2.2. Substituição tributária “para trás” .....	187
3. Responsabilidade tributária no CTN .....	189
3.1. Responsabilidade por sucessão .....	189
3.1.1. Adquirente de bem imóvel .....	190
3.1.2. Adquirente ou remetente de bem móvel .....	191
3.1.3. Sucessão “causa mortis” .....	192
3.1.4. Sucessão empresarial .....	194
3.1.5. Sucessão de fundo de comércio ou de estabelecimento .....	196
3.2. Responsabilidade de terceiros .....	200
3.2.1. Responsabilidade subsidiária .....	200
3.2.2. Responsabilidade pessoal .....	201
3.2.3. Responsabilidade pessoal dos sócios .....	203
3.3. Responsabilidade por infrações .....	205
<b>Capítulo X ► LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>207</b>
1. Definição e natureza jurídica .....	207
1.1. Competência privativa .....	207
1.2. Procedimento administrativo .....	208
1.3. Verificação da ocorrência do fato gerador .....	209
1.4. Determinação da matéria tributável .....	209
1.5. Cálculo do montante do tributo devido .....	209
1.6. Identificação do sujeito passivo .....	209
1.7. Aplicação da penalidade cabível .....	209
1.8. Atividade vinculada e obrigatória .....	210
1.9. Expressão monetária do lançamento .....	210
2. Legislação aplicável .....	210
2.1. Retroatividade benigna .....	211
2.2. Regras procedimentais .....	212
2.3. Impostos lançados por período certo de tempo .....	212
3. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento .....	213
4. Modalidades de lançamento .....	214
4.1. Lançamento de ofício .....	215
4.1.1. Arbitramento .....	216
4.1.2. Auto de infração .....	217
4.2. Lançamento por declaração .....	217
4.2.1. Conceitos gerais .....	217
4.2.2. Distinção entre lançamentos: por homologação e por declaração .....	218
4.3. Lançamento por homologação .....	219
4.4. Crédito constituído sem lançamento .....	220
5. Hipóteses de alteração do lançamento .....	221

<b>Capítulo XI ► CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>223</b>
1. Definição .....	223
2. Natureza jurídica: as teorias monista e dualista .....	223
3. Autonomia .....	224
4. Constituição definitiva .....	224
4.1. Lançamento regularmente notificado .....	224
4.2. Julgamento definitivo das objeções que impedem a exigibilidade do crédito administrativo .....	225
5. Exigibilidade .....	226
<b>Capítulo XII ► SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>229</b>
1. Modalidades .....	229
1.1. Conceitos gerais .....	229
1.2. Cumprimento de obrigações acessórias .....	230
2. Moratória .....	230
2.1. Definição .....	230
2.2. Reserva de lei .....	231
2.3. Classificação .....	231
2.3.1. Moratória em caráter geral .....	231
2.3.2. Moratória em caráter individual .....	232
2.4. Requisitos .....	233
2.5. Créditos abrangidos .....	233
2.6. Vedação à concessão do benefício .....	233
3. Depósito do montante integral .....	233
3.1. Depósito judicial .....	233
3.2. Depósito recursal .....	234
4. Reclamações e recursos no processo administrativo tributário .....	235
5. Parcelamento .....	237
6. Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada .....	238
<b>Capítulo XIII ► EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>241</b>
1. Modalidades de extinção .....	241
2. Pagamento .....	243
2.1. Local e tempo .....	243
2.2. Desconto .....	243
2.3. Mora .....	243
2.4. Meios de pagamento .....	244
2.5. Imputação de pagamento .....	244
3. Homologação do pagamento antecipado .....	246
4. Prazos extintivos do crédito tributário .....	247
4.1. Conceitos gerais .....	247
4.2. Prescrição e decadência no direito privado .....	247
4.3. Prescrição e decadência no CTN .....	250

5. Decadência .....	251
5.1. Conceito .....	251
5.2. Contagem do prazo decadencial .....	251
5.2.1. Primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado .....	251
5.2.2. Da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento .....	252
5.2.3. Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado .....	253
5.2.4. Da data do fato gerador, para os tributos sujeitos a homologação .....	253
5.2.5. Prazos decadenciais para os tributos sujeitos a homologação do lançamento ..	254
6. Prescrição .....	255
6.1. Conceito .....	255
6.2. Início do prazo de prescrição .....	256
6.3. Interrupção do prazo prescricional .....	257
6.3.1. Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal .....	257
6.3.2. Protesto judicial .....	258
6.3.3. Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor .....	258
6.3.4. Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do débito pelo devedor .....	258
6.4. Suspensão do prazo prescricional .....	259
6.4.1. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário .....	259
6.4.2. Anulação, por motivo de dolo ou simulação, de moratória, parcelamento, remissão, isenção e anistia concedidos em caráter individual .....	260
6.5. Casos de suspensão do prazo prescricional inaplicáveis em matéria tributária .....	261
6.5.1. A inscrição do crédito tributário em dívida ativa .....	261
6.5.2. A suspensão do prazo prescricional na nova Lei de Falências .....	262
6.6. Prescrição intercorrente .....	262
6.6.1. Prescrição intercorrente no processo administrativo .....	262
6.6.2. Prescrição intercorrente no processo executivo fiscal .....	263
7. Compensação .....	264
7.1. Conceitos gerais .....	264
7.2. Regimes constitucionais específicos de compensação .....	267
7.2.1. Impostos não cumulativos .....	267
7.2.2. Precatórios judiciais .....	267
7.2.3. Vedação à compensação .....	267
8. Transação .....	268
9. Remissão .....	269
9.1. Limitações à remissão .....	269
9.2. Hipóteses de cabimento .....	271
9.3. Anulação da remissão concedida .....	271
10. Dação em pagamento em bens imóveis .....	272



11. Conversão de depósito em renda .....	272
12. Consignação em pagamento .....	273
13. Decisão administrativa irreformável.....	275
14. Decisão judicial passada em julgado.....	275
15. Modalidades de extinção não previstas no CTN .....	276
15.1. Confusão .....	276
15.2. Impossibilidade de cumprimento da obrigação.....	277
15.3. Novação .....	277
<b>Capítulo XIV ► REPETIÇÃO DO INDÉBITO.....</b>	<b>279</b>
1. Definição e natureza jurídica .....	279
2. Hipóteses de restituição .....	280
3. Restituição de tributos indiretos .....	280
3.1. Conceitos gerais .....	280
3.2. Critério identificador da repercussão .....	282
4. Restituição dos acréscimos legais .....	282
4.1. Juros sobre o indébito .....	282
4.2. Atualização monetária do indébito .....	283
5. Restituição na substituição tributária “para frente”.....	283
6. Extinção do direito à restituição .....	284
6.1. Conceitos gerais .....	284
6.2. Regra interpretativa da LC 118/2005 .....	285
6.3. Prazo para anular ato administrativo denegatório .....	286
6.4. Restituição de tributos inconstitucionais .....	289
7. Restituição de débitos prescritos .....	290
8. Restituição de IRRF .....	290
<b>Capítulo XV ► EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>293</b>
1. Definição .....	293
1.1. Cumprimento de obrigações acessórias .....	294
1.2. Limitações às leis instituidoras de benefícios fiscais.....	294
1.2.1. Limitações constitucionais .....	294
1.2.2. Limitação de Responsabilidade Fiscal .....	297
2. Isenção .....	298
2.1. Definição e natureza jurídica .....	298
2.2. Isenção e princípios constitucionais tributários.....	299
2.2.1. Isenção e isonomia .....	299
2.2.2. Isenção e uniformidade geográfica.....	299
2.3. Tipologia .....	300
2.3.1. Conceitos doutrinários.....	300
2.3.2. Isenção em caráter individual.....	301
2.3.3. Isenção “por contrato” .....	302

2.4. Caráter não extensivo da isenção .....	303
2.5. Revogabilidade.....	303
2.5.1. Conceitos gerais.....	303
2.5.2. Revogação e princípio da anterioridade .....	304
2.6. Distinção de outros institutos .....	305
2.6.1. Distinção da não incidência.....	305
2.6.2. Distinção da imunidade.....	306
2.6.3. Distinção da “alíquota zero” .....	306
2.6.4. Distinção da “isenção constitucional” .....	306
3. Anistia .....	307
3.1. Definição e natureza jurídica .....	307
3.2. Vedação à concessão .....	308
3.3. Tipologia .....	308
3.3.1. Anistia em caráter geral .....	309
3.3.2. Anistia em caráter limitado .....	309
<b>Capítulo XVI ► GARANTIAS E PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>311</b>
1. Garantias .....	311
1.1. Responsabilidade patrimonial .....	312
1.2. Bens impenhoráveis por determinação legal .....	312
1.3. Presunção relativa de fraude .....	314
1.4. Indisponibilidade de bens e direitos .....	316
2. Preferências .....	317
2.1. Preferência geral do crédito tributário .....	317
2.2. Preferência em caso de falência .....	318
2.2.1. Créditos extraconcursais .....	318
2.2.2. Multas tributárias.....	320
2.3. Inventário, arrolamento, liquidação de pessoa jurídica.....	321
2.4. Não sujeição a concurso e a habilitação .....	321
2.4.1. Conceitos gerais.....	321
2.4.2. Penhora de bens.....	323
2.5. Concurso de preferências.....	323
2.6. Quitação.....	324
<b>Capítulo XVII ► ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>327</b>
1. Introdução .....	327
2. Fiscalização.....	327
2.1. Alcance.....	328
2.2. Limites aos poderes da fiscalização .....	328
2.2.1. Inviolabilidade do estabelecimento .....	329
2.2.2. Sigilo de correspondência .....	330
2.2.3. Direito ao silêncio .....	330

2.2.4. Constrição oblíqua para o pagamento de tributos .....	330
2.3. Conservação dos livros de interesse da fiscalização .....	331
2.4. Termo de início de ação fiscal .....	331
2.4.1. Consequências da lavratura .....	331
2.4.2. Prazo máximo para conclusão da fiscalização.....	332
2.5. Intimações escritas.....	332
2.5.1. Dever de informar .....	332
2.5.2. Sigilo bancário.....	333
2.6. Permuta de informações entre Fazendas Públicas .....	334
2.6.1. Prova emprestada .....	334
2.6.2. Permuta internacional de informações.....	335
2.7. Requisição de forças públicas .....	335
3. Sigilo tributário.....	336
3.1. Ressalvas ao sigilo tributário .....	336
3.2. Não submissão ao sigilo tributário .....	337
3.3. Sigilo bancário .....	338
4. Dívida ativa.....	339
4.1. Definição.....	339
4.2. Consequências da inscrição em dívida ativa .....	339
4.2.1. Exequibilidade.....	339
4.2.2. Presunção de certeza e liquidez .....	340
4.2.3. Não suspensão do prazo prescricional.....	341
4.3. Requisitos da certidão de dívida ativa .....	341
5. Certidão negativa .....	342
5.1. Prazo para expedição .....	344
5.2. Certidão positiva com efeito de negativa .....	344
5.3. Certidão expedida com dolo ou fraude .....	344
6. Disposições finais do CTN.....	345
<b>Capítulo XVIII ► INFRAÇÕES E DELITOS TRIBUTÁRIOS .....</b>	<b>347</b>
1. Tipologia das infrações tributárias .....	347
2. Direito tributário penal e direito penal tributário .....	348
3. Tipologia das sanções tributárias .....	348
3.1. Interpretação benigna das sanções tributárias .....	349
3.2. Limite à imposição de penalidades pecuniárias.....	350
4. Responsabilidade por infrações tributárias.....	350
4.1. Responsabilidade pessoal do agente.....	351
4.2. Denúncia espontânea.....	352
4.2.1. Observações sobre a denúncia espontânea.....	353
5. Delitos tributários.....	355
5.1. Tipologia dos delitos tributários.....	356
5.1.1. Crimes contra a ordem tributária praticados por particulares.....	356

5.1.2. Crimes contra a ordem tributária praticados por funcionários públicos .....	359
5.1.3. Apropriação indébita previdenciária .....	360
5.1.4. Sonegação de contribuição previdenciária .....	361
5.2. Extinção da punibilidade.....	362
5.2.1. Lei 10.684/2003 .....	362
5.3. Inexigibilidade de conduta diversa .....	364
5.4. Princípio da insignificância.....	364
5.5. Condição objetiva de punibilidade.....	365
5.6. Inadmissibilidade de denúncia genérica .....	366
<b>Capítulo XIX ► IMPOSTOS FEDERAIS.....</b>	<b>369</b>
1. Imposto de importação .....	369
1.1. Fato gerador.....	369
1.2. Contribuintes e responsáveis .....	370
1.3. Base de cálculo .....	370
1.4. Alíquotas .....	371
1.5. Lançamento .....	372
1.6. Extrafiscalidade .....	372
1.7. Tributação exclusiva .....	373
2. Imposto de exportação.....	373
2.1. Fato gerador.....	373
2.2. Contribuintes e responsáveis .....	373
2.3. Base de cálculo .....	373
2.4. Alíquotas.....	374
2.5. Lançamento .....	375
2.6. Extrafiscalidade .....	375
2.7. Tributação exclusiva .....	376
3. Imposto de renda .....	376
3.1. Fato gerador.....	376
3.2. Contribuintes e responsáveis .....	379
3.3. Base de cálculo .....	379
3.4. Alíquotas.....	380
3.5. Lançamento .....	380
4. Imposto sobre produtos industrializados .....	381
4.1. Fato gerador.....	381
4.2. Contribuintes e responsáveis .....	382
4.3. Base de cálculo .....	382
4.4. Alíquotas.....	383
4.5. Lançamento .....	384
4.6. Não cumulatividade .....	384
4.7. Extrafiscalidade .....	385
4.8. Imunidade .....	385

5. Imposto sobre operações financeiras.....	385
5.1. Fato gerador.....	385
5.1.1. Operações de crédito.....	386
5.1.2. Operações de câmbio.....	386
5.1.3. Operações de seguro.....	386
5.1.4. Operações relativas a títulos e valores mobiliários.....	387
5.2. Contribuintes e responsáveis.....	387
5.3. Base de cálculo.....	387
5.4. Alíquotas.....	387
5.5. Lançamento.....	388
5.6. Extrafiscalidade.....	388
5.7. Imunidade.....	388
6. Imposto sobre a propriedade territorial rural.....	389
6.1. Fato gerador.....	389
6.2. Contribuintes e responsáveis.....	389
6.3. Base de cálculo.....	390
6.4. Alíquotas.....	390
6.5. Lançamento.....	391
6.6. Extrafiscalidade.....	391
6.7. Imunidade.....	391
7. Imposto sobre grandes fortunas.....	391
8. Impostos residuais.....	392
9. Imposto Seletivo.....	393
<b>Capítulo XX ► IMPOSTOS ESTADUAIS.....</b>	<b>395</b>
1. Imposto sobre a transmissão “causa mortis” e doação.....	395
1.1. Fato gerador.....	395
1.2. Competência.....	396
1.3. Contribuintes e responsáveis.....	398
1.4. Base de cálculo.....	399
1.5. Alíquotas.....	399
1.6. Lançamento.....	400
1.7. Extrafiscalidade.....	401
1.8. Imunidade.....	401
2. Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interes- tadual, intermunicipal e de comunicação.....	401
2.1. Fato gerador.....	401
2.1.1. Conceitos gerais.....	401
2.1.2. Incidência na importação.....	402
2.1.3. Mercadorias fornecidas com serviços não tributáveis pelo ISS.....	403
2.1.4. Incidência unifásica sobre combustíveis e lubrificantes.....	404
2.1.5. Outros casos específicos.....	405

2.2. Contribuintes e responsáveis .....	407
2.3. Base de cálculo .....	407
2.4. Não cumulatividade .....	409
2.5. Alíquotas .....	410
2.5.1. Alíquotas interestaduais e de exportação .....	410
2.5.2. Alíquotas máximas e mínimas .....	412
2.5.3. Alíquotas internas e interestaduais .....	412
2.5.4. Alíquotas para consumidor final de outro estado .....	412
2.5.5. Destinação da diferença de alíquotas .....	412
2.6. Lançamento .....	413
2.7. Extrafiscalidade .....	413
2.8. Imunidade .....	414
2.9. Competência da lei complementar sobre ICMS .....	416
2.10. Convênios de ICMS .....	416
3. Imposto sobre propriedade de veículos automotores .....	418
3.1. Fato gerador .....	418
3.2. Contribuintes e responsáveis .....	419
3.3. Base de cálculo .....	420
3.4. Alíquotas .....	420
3.5. Extrafiscalidade .....	422
3.6. Imunidade .....	422
<b>Capítulo XXI ► IMPOSTOS MUNICIPAIS .....</b>	<b>423</b>
1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana .....	423
1.1. Fato gerador .....	423
1.1.1. Propriedade .....	423
1.1.2. Domínio útil .....	424
1.1.3. Posse .....	424
1.1.4. Bem imóvel por natureza ou acessão física .....	424
1.1.5. Zona urbana .....	425
1.1.6. Natureza do imposto .....	426
1.2. Contribuintes e responsáveis .....	427
1.2.1. Contribuintes .....	427
1.2.2. Responsáveis .....	428
1.3. Base de cálculo .....	428
1.4. Alíquotas .....	429
1.5. Lançamento .....	431
1.6. Extrafiscalidade .....	431
1.6.1. Direito ambiental tributário .....	432
1.6.2. IPTU-sanção .....	433
1.7. Imunidade .....	433

2. Imposto sobre transmissão “inter vivos” de bens imóveis.....	434
2.1. Competência.....	434
2.2. Fato gerador.....	434
2.3. Contribuintes e responsáveis .....	436
2.4. Base de cálculo .....	436
2.5. Alíquotas.....	437
2.6. Lançamento .....	438
2.7. Extrafiscalidade .....	438
2.8. Imunidade .....	438
3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza .....	439
3.1. Competência.....	439
3.2. Fato gerador.....	440
3.2.1. Lista de serviços tributáveis.....	440
3.2.2. Serviço tributável.....	442
3.2.3. Não incidência.....	444
3.3. Contribuintes e responsáveis .....	445
3.4. Base de cálculo .....	445
3.5. Alíquotas.....	447
3.6. Lançamento .....	448
3.7. Extrafiscalidade .....	448
3.8. Imunidade .....	448
4. Impostos distritais e controle concentrado de constitucionalidade .....	448
<b>Capítulo XXII ► IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS.....</b>	<b>451</b>
1. Competência.....	451
2. Fato gerador.....	451
3. Contribuintes e responsáveis .....	451
4. Base de cálculo .....	452
5. Não cumulatividade .....	452
6. Alíquotas.....	452
7. Alíquota zero na contratação pública.....	453
8. Lançamento .....	453
9. “Cashback” .....	453
10. Extrafiscalidade .....	454
11. Imunidade.....	454
12. Vedação a incentivos e benefícios.....	454
13. Competência da lei complementar sobre IBS.....	455
14. Comitê Gestor do IBS.....	457
<b>Capítulo XXIII ► CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....</b>	<b>461</b>
1. Conceitos gerais .....	461
2. Contribuições para custeio da seguridade social.....	463

2.1. Contribuições sociais do art. 195 da Constituição .....	464
2.1.1. Contribuições sociais do empregador e equiparados.....	466
2.1.2. Contribuições sociais do trabalhador e segurados .....	468
2.1.3. Contribuições sociais de concursos de prognósticos .....	469
2.1.4. Contribuições sociais do importador e equiparados.....	469
2.1.5. Contribuição sobre resultado da produção.....	469
<b>2.2. Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).....</b>	<b>469</b>
2.3. Regras constitucionais das contribuições sociais.....	472
2.3.1. Anterioridade nonagesimal .....	472
2.3.2. Imunidade das entidades beneficentes de assistência social .....	472
2.3.3. Diferenciação de alíquotas e bases de cálculo.....	473
2.3.4. Vedação de remissão e anistia .....	473
2.3.5. Não cumulatividade .....	473
3. Contribuição social do salário educação.....	474
4. Contribuições ao PIS/Pasep.....	474
5. Contribuições ao “Sistema S” .....	475
6. Contribuições sociais residuais.....	476
7. Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	477
8. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	478
9. Contribuição para custeio do regime próprio de previdência dos servidores públicos.....	479
10. Contribuição para custeio de iluminação pública e de monitoramento de ruas.....	480
<b>Capítulo XXIV ► SIMPLES NACIONAL .....</b>	<b>483</b>
1. Introdução .....	483
2. Principais implicações na tributação .....	484
2.1. Alcance da norma.....	484
2.2. Conceito de microempresa e empresa de pequeno porte .....	484
2.3. Instâncias gestoras.....	486
2.4. Instituição do Simples Nacional .....	487
2.5. Vedações à opção pelo Simples Nacional .....	488
2.6. Alíquotas, base de cálculo e recolhimento .....	490
2.7. Obrigações acessórias.....	490
2.8. Exclusão do Simples Nacional .....	491
2.9. Fiscalização.....	492
2.10. Processo administrativo e judicial .....	492
<b>Capítulo XXV ► REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2023.....</b>	<b>495</b>
1. Características principais .....	495
2. Sistema “dual” .....	496
3. Equalização de regras IBS/CBS.....	496



4. Regimes diferenciados de tributação.....	497
5. Fluxo de transição dos tributos .....	499
6. Alíquotas de referência no período 2027-2033 .....	500
7. Fundo Nacional de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais.....	503
8. Distribuição de Recursos do IBS (2029-2077) .....	504
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>507</b>